

Francisco Ivan
Reny Maldonado
Samuel Lima
(Organizadores)

COLÓQUIO BARROCO IV




edufnrn

COLÓQUIO BARROCO IV

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Francisco Ivan
Reny Maldonado
Samuel Lima
(Organizadores)

COLÓQUIO BARROCO IV


edufnrn
Natal, 2017

Expediente

Reitora

Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitor

José Daniel Diniz Melo

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Diretor)
Wilson Fernandes de Araújo Filho
(Diretor Adjunto)
Judithe da Costa Leite Albuquerque
(Secretária)

Conselho Editorial

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)
Alexandre Reche e Silva
Amanda Duarte Gondim
Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra
Anna Cecília Queiroz de Medeiros
Anna Emanuella Nelson dos Santos
Cavalcanti da Rocha
Arrilton Araujo de Souza
Cândida de Souza
Carolina Todesco
Christianne Medeiros Cavalcante
Daniel Nelson Maciel
Eduardo Jose Sande e Oliveira dos Santos
Souza
Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz
Francisco Dutra de Macedo Filho
Francisco Welson Lima da Silva
Francisco Wildson Confessor
Gilberto Corso
Glória Regina de Góis Monteiro
Heather Dea Jennings
Izabel Augusta Hazin Pires

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão
Julliane Tamara Araújo de Melo
Katia Aily Franco de Camargo
Luciene da Silva Santos
Magnólia Fernandes Florêncio
Márcia Maria de Cruz Castro
Márcio Zikan Cardoso
Marcos Aurelio Felipe
Maria de Jesus Goncalves
Maria Jalila Vieira de Figueiredo Leite
Marta Maria de Araújo
Mauricio Roberto C. de Macedo
Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento
Paulo Roberto Medeiros de Azevedo
Richardson Naves Leão
Roberval Edson Pinheiro de Lima
Samuel Anderson de Oliveira Lima
Sebastião Faustino Pereira Filho
Sérgio Ricardo Fernandes de Araújo
Sibebe Berenice Castella Pergher
Tarciso André Ferreira Velho
Tercia Maria Souza de Moura Marques
Tiago Rocha Pinto
Wilson Fernandes de Araújo Filho

Revisão

Caule de Papiro

Normalização

Evânia Leiros de Souza (Coordenadora)
Emily Lima (Colaboradora)

Design Editorial

Fabício Ribeiro

Fotografia e arte gráfica

Nelson Soares

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Colóquio barroco IV [recurso eletrônico] / Francisco Ivan, Remy Maldonado, Samuel Lima (organizadores). – Natal, RN : EDUFRN, 2017.
525 p. : PDF ; 28,7 Kb.

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>
ISBN 978-85-425-0758-4

1. Arte barroca. 2. Literatura barroca. I. Ivan, Francisco. II. Maldonado, Remy. III. Lima, Samuel. IV. Título.

RN/UF/BCZM

2017/58

CDD 700.9032
CDU 7.034

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

SABORES E SABERES NA ILHA DOS AMORES, EM *COMENTÁRIOS* DE MANUEL DE FARIA E SOUSA

Maria Teresa Nascimento¹

“assi como Luiz de Camoes es Principe de los poetas
que escrivieron en idioma vulgar, lo es Manuel de
Faria de los Comentadores en todas lenguas”
Lope de Vega (Elogio al Comentador).

Em 1639, em Madrid, eram dados a lume os *Comentários às Lusíadas* de Manuel de Faria e Sousa (1639), acompanhados de três cartas-dedicatórias, todas datadas de março desse mesmo ano, tomando como destinatários, respectivamente, Filipe IV, D. Gaspar de Guzmán e D. Gerónimo de Villanueva. Esta publicação de quatro tomos, em dois volumes, representou o culminar de um intenso labor de vinte e cinco anos (FARIA E SOUSA, *Prólogo*, 1639, col. 3), mas igualmente a vitória sobre as malhas da Inquisição, instada a dar resposta a acusações produzidas por Agostinho Manuel de Vasconcelos, primeiro, junto da Inquisição castelhana, depois, já em conjunto com Manuel Pires de Almeida e Manuel Galhegos, junto da Inquisição portuguesa. Passando inicialmente incólumes pelo primeiro aparelho censório, os comentários teriam ainda de superar a provação da sua

1 Professora da Universidade da Madeira. Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.

proibição em Lisboa, antes de merecerem a licença necessária para a sua circulação.

Sem nos podermos demorar nos fundamentos da acusação, é bem certo que determinadas interpretações aduzidas por Faria e Sousa ao longo dos Comentários, nomeadamente aquelas que resultam da indefinição/mistura entre a essência mitológica e a católica eram susceptíveis de deixar o autor à mercê do zelo fervoroso da Inquisição².

Faria e Sousa é um admirador incondicional de Camões. Dúvidas, críticas, incompreensões, relativamente ao poeta, não encontrarão, na óptica de Faria e Sousa, outros culpados senão os próprios comentadores: “Quien ay, pues, que sea tan insensato, o atrevido, que pida cuenta de alguna cosa a hombre que con tantos quilates de perfecion, i tanto numero de aciertos, i bellezas supo escribir?” (FARIA E SOUSA, Juizio del Poema, 1639, col. 93).

São múltiplas as formas de expressão da admiração e do afecto que o comentador vai reiteradamente manifestando a partir do Juízo do Poema até ao final das páginas do Comento e que podem revestir desde a forma de simples realizações lexicais de natureza adverbial ou adjectival até às que envolvem enunciados mais complexos em que o discurso assume uma vertente marcadamente apologética.

Para além de comento à epopeia, Faria e Sousa institui, igualmente, uma rede de afectos com o épico, a quem chama “mi poeta”.

O método utilizado por Faria e Sousa é constituído pela transcrição de cada uma das oitavas e a sua tradução para castelhano, seguindo-se, depois, o comentário exercido sobre

2 Na *Informacion en favor de Manuel de Faria e Sousa*, contida no final do IV Tomo, feita em defesa do comentador, depreendem-se os fundamentos da acusação (col. 1-102).

segmentos estróficos maiores ou menores, com identificação das fontes imitadas e leitura hermenêutica do passo em questão. O universo de autores em cotejo será sempre o dos anteriores a Camões, com exceção declarada para Lope de Vega, Giambattista Marino e Tasso, “por la gloria que le puede anadir el ser imitado de algunos grãdes hõbres” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 43), ou ainda, para Cervantes, que Faria e Sousa convoca neste mesmo Canto.

A excelência do épico a quem Homero e Virgílio deveriam, como quer Faria e Sousa, em acto de cortesia, sentar entre eles, excede em valor qualquer dos autores imitados, como em toda a extensão dos Comentários se vai provando.

Sem prejuízo de outras considerações extraídas a partir da totalidade dos Comentários, ou do seu paratexto, faremos incidir a nossa análise sobre o episódio da Ilha dos Amores, onde a conjugação de saberes e sabores nos parece particularmente fecunda, não apenas porque dessa forma se ilustra a dupla vertente do prémio recebido pelos heróis, mas também, porque é possível encontrarmos nessa atribuição a complementaridade entre o *docere* e o *delectare* que tantas vezes Faria e Sousa reclama para *Os Lusíadas*. A Ilha namorada que Vénus prepara para os Portugueses tornará possível fazê-los participantes de uma união amorosa com as Ninfas, mas igualmente elevá-los na escala da sabedoria, dando-lhes a saber as coisas futuras do Oriente. Na determinação da ilha se demora Faria e Sousa, em longo comentário à estrofe XXI. Recusando localizações, como a de Santa Helena, pretendida por Manuel de Lira (CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Manoel de Lira, 1584, C. IX, est. 54) ou por parte de outros a quem não identifica, Faria e Sousa vai tecendo diversas hipóteses, até se quedar nas partes orientais³. Sem perder de vista a dimensão alegórica da

3 A questão da localização da Ilha dos Amores ocupou diversos comentadores desde Manuel de Lira CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Manoel de Lira, 1584). Por

ilha, de entre todas as ilhas possuídas por Vénus, a que melhor parece cumprir, com verosimilhança, a rota da viagem, é a de Angediva.

Os Comentários de Faria e Sousa à Ilha dos Amores não são apenas os mais extensos publicados até à época como também, os mais ousados no que diz respeito à interpretação da simbologia de Vénus, com transferência do plano mitológico para o plano católico. Esta mutação permitirá acrescentar novos elementos significantes ao episódio que percorreremos com o comentador, na leitura da ilha como um espaço onde se conjuga a alegoria dos sabores e dos saberes.

O Argumento do Canto IX possibilita desde logo a conciliação, se não mesmo a transferência do plano mitológico para o plano cristão. Escutemos Faria e Sousa: “La piedad Christiana, i el valor heroyco, o la fama gloriosa salen al encuentro a los navegantes con los premios que el Parnaso tiene consignados a los grandes varones por ilustres hechos” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 2).

Para a caracterização da ilha deliciosa, assim mencionada desde o Argumento do Canto IX, concorrerão elementos de carácter físico e geográfico, bem como os de natureza sensitiva, possibilitados pelas diversas experiências de fruição amorosa que os Comentários na linha daquilo que é cantado pelo Poeta na estrofe 83, se revelam incapazes de transmitir: “milhor hê exprimentalo que julgalo/mas julgueo quẽ nã pode exprimẽtalo” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 249).

altura da publicação dos *Comentários* de Faria e Sousa, era também já conhecida a opinião de Manuel Correia, para quem a referência a Santa Helena não faz sentido por se tratar a ilha de “um fingimento poético” (CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Commentados pelo licenciado Manoel Correia, 1613, p. 250). Na longa tradição de estudiosos do episódio, ainda modernamente António Cirurgião (1970) se inclina a favor de Santa Helena. Em Vítor Aguiar e Silva (1994), podemos encontrar uma sùmula da questão.

Num processo de remissão de uns passos para outros, tão frequente nos seus Comentários, lembra, por outro lado, Faria e Sousa, ao leitor, como desde o Canto I (33, 34) havia transmitido a natureza de Vénus, enquanto representante da Igreja Católica, do mesmo modo que, a propósito da estrofe 38 do mesmo Canto deixara dito que, por desígnio divino, comunicado a D. Afonso Henriques, “*tenia elegido a los Portugueses para una sementera suya en partes remotas*” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 25). Sendo Vénus “*deidad de las sembradas*” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 25), tratar-se-á agora, no comentário à est. 19, do mesmo Canto, de declarar que o prémio preparado para os nautas resulta da missão evangelizadora dos Portugueses nas partes de Ásia. Como conciliar portanto as delícias, os sabores da sensualidade corpórea, com a transcendência e inefabilidade do sagrado? Sem chegar a formular a pergunta, Faria e Sousa deve intuí-la e respalda-se nos atributos de Camões como escritor “*doctissimo, judiciosíssimo, i profundíssimo*” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 26) que não lhe permitiriam lidar com uma Vénus impura.

A exegese há-de, assim, encaminhar-se no sentido de negar a literalidade de alguns termos, que poderiam converter o texto camoniano em alvo de erradas interpretações. Escolhemos para exemplificação adjectivos como “*lascivo*” e “*impudico*”, aos quais por mais de uma vez Faria e Sousa retirará o sentido literal. De outro modo, não seria compreensível, como afirma, por exemplo, a propósito da estrofe XXVI (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 25), que Vénus e o filho, lascivos, fossem chamados a reformar os vícios do mundo.

Como sustenta, então, a sua interpretação? Com a de que aos poetas todas as liberdades se concedem “[...] no siempre las palabras se usan de los Poetas grandes en todo rigor” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 98) Reduzir a interpretação de Vénus à lascívia apenas a ignorantes lembrará (FARIA E SOUSA, 1639,

C. IX, col 23), tinha-o dito ainda, anteriormente. Acresce, além disso, que os amores propiciados por Vénus aos Portugueses não são lascivos, como os de Dido, por exemplo:

[...] que en el mistério, alegoria, i enseñanza, no viene Virgilio a comparacion com nuestro Poeta, porque escribiendo Virgilio amores lascivos, concluye toda aquella monteria, con la execucion dellos torpemente: i nuestro Poeta pareciendo que se engolfa en lascíviyas por todo este canto, mandádonos, que sepamos quitar el velo a su profundo disponer, i enseñar, viene a ofrecernos convertida en gloria verdadera toda essa invencion com que nos lleva por esta deliciosa Isla (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 23)

A literalidade, o “sentido superficial” não se coaduna, diremos, mesmo, com o caráter misterioso que o comentador foi reivindicando para este canto (ver, por exemplo, FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 26).

Resolvidos os entraves que pudessem conduzir o leitor num sentido não conforme ao interpretado por Faria e Sousa, tratará agora o autor de demonstrar como os deleites propiciados pela Ilha comungam da esfera do sagrado cristão. Assim, a imitação, que para o episódio se foi sustentando com diversos autores profanos, passa doravante a poder contar com o cruzamento com o *Cântico dos Cânticos* que guinda a interpretação do passo ao nível da união mística, anunciada desde o comentário ao último verso da estrofe 41: “los deleytes corporeos son figura de los gozos del animo: i esso enseñan los Canticos de Salomon, adonde aquello que parecen delicias, son imagenes de glorias” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 90). Mais à frente, comentando a estrofe 50, Faria e Sousa reivindicará como fonte do épico a totalidade do *Cântico dos Cânticos*, transcrevendo-se diversos dos seus passos como ilustração da esquiveza premeditada das ninfas,

industriadas por Vénus, em analogia com a da própria alma para se tornar mais desejada (Cap. 3 e 5). Evocados são igualmente o leite florido (Cap. 1) ou o banquete de “dulces regalos e regalado vino” (Cap. 5), como representação da união mística, para concluir o comentador com a exclamação lapidar de que “Tanto tiene de sagrada esta obra” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 127), referindo-se a *Os Lusíadas*.

O universo de cheiros, de sabores, de cores, de carícias triunfantes, tem um único sentido, o de premiar pelo seu esforço os navegantes “ministros del próprio Christo”, sendo “las Ninfas, las inteligencias o Virtudes de la Esposa, o Iglesia, que salen a premiarlos”. (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 203).

Faria e Sousa vai mais longe, porém, ao pretender que a figura de Leonardo corresponda à do próprio Camões, fazendo agora entrar nos seus Comentários uma leitura de natureza biográfica, maioritariamente trazida por via das *Rimas*. Afinal, a metalepse produziu-se também em Homero, através de Demódoco (FARIA E SOUSA, C. IX, 1639, col. 247), com muita vantagem de erudição e artifício, para o épico lusitano, como sustenta. Excertos de sonetos, de éclogas e de canções citados nos Comentários concorrerão para a demonstração da identidade entre os amantes Leonardo e Camões, no encalço da ninfa Efire. Dizer que Leonardo se desfazia em puro amor é semelhante àquilo que o Poeta cantava já, no soneto, cujos versos Faria e Sousa transcreve (FARIA E SOUSA, C. IX, 1639, col. 247):

*Foy já num tempo doce cousa amar,
Em quanto me enganava hũa esperança;
O coração, com esta confiança.
Todo se desfazia em desejar etc.*

A corrida de Leonardo no encalço de Efire não foi mais do que a de Camões atrás da Poesia, durante tantos anos. Alcançá-la significou atingir o cume da Poesia e finalmente ascender ao

Parnaso, como nenhum outro Poeta o fez, e por isso a todos excedeu, claramente se valorizando aqui o estudo que em tantos outros passos Faria e Sousa reputará como indispensável. Os beijos, “prologos del exercicio sacramental de la generacion: los principios del combite cõjugal, las Auroras de los gustos próximos” (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 250), representam também as primícias das coroas de louro daqueles que sobem ao alto Parnaso que já desde o início do Canto IX surgira, umas vezes, como metonímia da própria ilha, outra, como a do monte nela contido. Por isso, a poesia aparece referida como ciência divina (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 249) e erguido é o monte à qual merecem ascender aqueles que atingem a sua essência verdadeira. Árduo, difícil, é o caminho, na via do acesso a este saber, elevado, como o do Parnaso, para cuja fundamentação, o comentador evoca a *Écloga dos Faunos*.

Assim, a poesia é também a arte divina do saber (FARIA E SOUSA, 1639, C. X, col. 451), o do mesmo saber que ordena o mundo “I descifrada toda esta Poesia, todo es grande, todo excelente, i todo divino: e isto es lo que se encubre aqui a los imprudentes, ignorantes que no la saben descifrar” (FARIA E SOUSA, 1639 C. IX, col. 201), já dizia Faria e Sousa na estrofe 69, dirigindo-se a todos aqueles que não acreditassem na divindade das ninfas, ou melhor na transcendência do episódio.

Por isso a afirmação do caráter sagrado d’*Os Lusíadas*, anteriormente feita, sustenta o mistério que percorre a leitura dos dois Cantos (FARIA E SOUSA, 1639, C. IX, col. 127):

E quando en este lugar i en otros no se acomodasse la alegoria que vamos siguiendo, es menester advertir, que la invencion Poetica no obliga a que en todos se acomode: porque como hemos dicho otras vezes, unos son lo dulce, i otros lo provechoso della, como aconseja Oracio.

Sem podermos esquecer a doçura dos manjares e dos vinhos odoríferos e toda a simbologia do Banquete que se evoca em planos distintos e em momentos diferentes, quer através do *Cântico dos Cânticos*, quer através de Platão, diremos que a Faria e Sousa parece importar menos o comentário que houver de traduzir a literalidade, mais cabendo ao comentador a tarefa de se ocupar de coisas escondidas ou imitadas, sem que isso signifique que o seu trabalho seja semelhante ao de outros comentaristas, porque o seu poeta é de outro quilate. E é precisamente a natureza do trabalho dos comentadores e dos autores sobre quem se faz esse exercício, que nos permite, se não aferir a posição de Faria e Sousa sobre o Barroco, pelo menos, apreciar o modo como um dos seus maiores expoentes, Luís de Góngora, se converte em alvo dos seus ataques contra o cultismo, fazendo sobressair aquilo que distingue o poeta castelhano e o épico. E são várias as ocasiões em que isso acontece desde o Juízo do Poema. Aí se evoca o testemunho de Lope de Vega, segundo o qual, num diálogo travado entre Camões e o autor de determinadas coplas, este se viu forçado a explicar-lhe que sentido elas tinham, dada a sua obscuridade e, conseqüentemente, dele ouvir que “*Eso que vos me dezis de palabra quisiera yo que dixera la copla*” (FARIA E SOUSA, Juizio del Poema, 1639, col. 65). A transição para Luís de Góngora está assim assegurada neste passo, que logo a seguir faz surgir a afirmação de um seu comentador, declarando haver procedido ao comentário, com o que lhe tinha sido possível adivinhar a partir da escrita do poeta. Faria e Sousa não perde, pois, o ensejo para considerações em torno da poesia de Góngora e da sua analogia com a esfinge ou os oráculos, ou mesmo com um fruto como o ananás, belo, mas de difícil abertura e de reduzido proveito no final. Para a poesia de Camões, reivindica Faria e Sousa a semelhança com os pêssegos e as tâmaras, à semelhança do que ocorre com a de Homero e Virgílio:

[...] Homero e Virgilio, i toda su classe, en contrario, se parecen antes a hermosos, i dulces melocotones, i datiles com la belleza i suavidad, i dulçura de los terminos del dezir, que luego empeçamos a gustar, i despues topamos en el coraçon un poco difícil, ya de la alegoria, ya de la sentencia, ya de la alusion, ya del misterio, i otros intentos, que se hazen mais ayrosos al penetrarse com la precedencia de aquella suavidad, i dulçura com que primero nos obligaron (FARIA E SOUSA, Juizio del Poema, 1639, col. 67).

Faria e Sousa não poupará Góngora a quem não admite qualquer protagonismo em prejuízo de Camões. Nem em Góngora nem em nenhum dos vindouros se reconhecerá qualquer superação do épico. E muito embora surja a afirmação de que “[...] no pretendo diminuir a Don Luis la alabança, adonde la merece, ni tengo por ignorantes los que le aplauden adonde no lo merece: pero tengolos por mal informados, i que miran solo a la flor superficial: i que el seguir muchos una cosa, no la califica, aunque la esfuerce” (FARIA E SOUSA, 1639, C. III, col. 135), Góngora surge logo desde o Juízo do Poema dado como exemplo de subversão da 6ª exigência que requeria a sublimidade do estilo.

Assim, “[...] comparar a Gongora, com Camo s en esto, es como contender Aracne com Palas, Marsias com Apolo, i la Mosca con la Aguila” (FARIA E SOUSA, 1639, C. III, col. 136).

A análise única dos Comentários de Faria e Sousa não permite uma leitura concludente no que diz respeito ao seu posicionamento relativamente ao Barroco, mas apenas à sua vertente cultista, cujos exercícios sobre a sintaxe mais parecem “salticos de cabras”, a requerer predicados de “cabreros” (FARIA E SOUSA, 1639, C. III, col. 132) aos seus comentadores. A essa forma de

poetar, opõe Faria e Sousa a “gala i elegãcia” (FARIA E SOUSA, 1639, C. III, col. 131) do hipérbato camoniano⁴.

Quando, em referências dispersas ao longo dos Comentários, Faria e Sousa (1639) fala das agudezas de alguns versos de Camões, a requerer igual agudeza dos seus leitores, ou dos seus comentadores não parece encontrar nisso qualquer deslustre para o épico. Se isso significa o seu rendido preito a Camões ou a adesão à arte de conceitos do Barroco é algo que não conseguimos decidir através da leitura dos seus Comentários.

REFERÊNCIAS

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Manoel de Lira, 1584.

_____. *Os Lusíadas*. Commentados pelo licenciado Manoel Correa. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1613.

_____. *Lusíadas*. Comentadas por Manuel de Faria e Sousa. Madrid: Iuan Sanchez, 1639. (4 tomos em 2 vol.).

_____. *Lusíada*. Comentada por Manuel de Faria e Sousa. Edição Comemorativa do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1972. v. 2. (Reprodução facsimilada da edição de 1639).

CIRURGIÃO, António. Santa Helena é a Ilha dos Amores de Os Lusíadas. *Ocidente*, Lisboa, Tipografia Editorial Imprensa, 1970., v. 79, p. 206-212.

4 Leiam-se, a propósito, as conclusões de João Manuel da Costa sobre o posicionamento de Faria e Sousa relativamente ao Barroco, e tendo em conta o conjunto da sua obra: “sendo detractor acérrimo do *cultismo*, Faria e Sousa comungou das ideias deste novo período e associou-se a uma forma moderada de Barroco, que não entrava em conflito com a tradição e a preceptística quinhentista, mas procurava valorizar as mesmas ideias de naturalidade, clareza, equilíbrio e sobriedade, aliando-as a novas formas de arte, actualizando-as e articulando-as com a realidade e a sensibilidade do Século XVII [...]” (COSTA, 1996, p. 124).

COSTA, João Manuel da. *A poética de Manuel de Faria e Sousa*. 1996. Dissertação (Mestrado em Literaturas Clássicas) – Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1996.

FARIA E SOUSA, Manuel de. Prólogo. In: CAMÕES, Luís de. *Lusiadas*. Madrid: Iuan Sanchez, 1639.

SENA, Jorge de. Introdução. In: CAMÕES, Luís de. *Lusíada*. Edição Comemorativa do IV Centenário da Publicação de Os Lusíadas. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1972. 2 v. [Reprodução facsimilada da edição de 1639].

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. Função e significado da “Ilha dos Amores” na estrutura de Os Lusíadas. In *Camões: labirintos e fascínios*. Lisboa: Cotovia, 1994, p. 131-143.